

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.369 - SP (2019/0127482-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORES : RENATO BARBOSA MONTEIRO DE CASTRO E OUTRO(S) - SP329896
GUILHERME ARRUDA MENDES CARNEIRO - SP335594
RECORRIDO : CREUZA ZORZELLA ZACHARIAS
RECORRIDO : JARBAS MENDES DA SILVA
RECORRIDO : DIRCENEIDE FONSECA PEREIRA
RECORRIDO : DOLORES GAIOTTO AUDI
RECORRIDO : ELIZABETH MARA FARIA BAZAN
RECORRIDO : MARCIA ADAMARIS DE SOUZA SORIANO
RECORRIDO : MARIA DO CARMO BARROSO CORVINO
RECORRIDO : MARIA SILVIA TORRES CAROPRESO SOUTO
RECORRIDO : VERA ALICE BERBEL DE SOUZA
ADVOGADOS : MANUEL DONIZETI RIBEIRO E OUTRO(S) - SP071602
JAIR GUSTAVO BOARO GONÇALVES - SP236820

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Estado de São Paulo, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça local assim ementado (e-STJ, fl. 51):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – IMPUGNAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – Bônus de Mérito Lei Complementar n. 891/2000 – Decisão que não reconheceu a prescrição da pretensão executória – Insurgência – Descabimento Substituto processual que atuou em proveito dos substituídos, dando início à execução dos atrasados. Não observância da regra contida no artigo 94 do Código de Defesa do Consumidor, aplicável por força do artigo 21 da Lei n. 7.347/85 – Inaplicabilidade na espécie do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.388.000/PR (Tema 877) – Decisão mantida.
Recurso não provido, revogada a liminar.

Sustenta o insurgente ofensa ao art. 1º do Decreto n. 20.910/1932, sob o argumento de que estaria prescrita a pretensão para o recebimento dos atrasados da GTE, pois o seu apostilamento ocorreu em setembro de 2006 e o ajuizamento da ação ocorreu apenas em 2012.

Ressalta o estado ainda que não se aplica o art. 94 do CDC, c/c o art. 21 da Lei n. 7.347/1985, uma vez que a parte exequente teve ciência da decisão proferida no mandado de segurança coletivo, em razão do decorrente acréscimo salarial.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 73-88.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

O recurso não merece conhecimento.

Observa-se que as razões do especial não enfrentaram um dos fundamentos autônomos do acórdão recorrido, capaz, por si só, de manter o afastamento da alegada prescrição.

Confira-se (e-STJ, fl. 54):

Consta ainda dos autos, a manifestação dos exequentes/agravados, sobre a impugnação, inclusive, no que tange a alegação de prescrição, asseverando que, da consulta ao andamento processual do Mandado de Segurança, verificou-se que tão logo houve a certificação do trânsito em julgado, houve o início da execução pelo Substituto Processual, o qual requereu o cumprimento da Obrigação de Fazer e o fornecimento dos informes financeiros para elaboração de cálculo; que, dessa forma, o início da fluência do prazo prescricional somente ocorreu após o trânsito em julgado da sentença de homologação dos cálculos na liquidação, ou daquela que reconhece o cumprimento da obrigação de fazer, consistente na entrega dos informes oficiais, nos termos do artigo 794, inciso I, do CPC; que à luz do art. 802 do CPC, não ocorreu a prescrição.

Como se vê, o Sindicato iniciou a execução do julgado. Assim, ainda que representados pela entidade, os exequentes buscam o recebimento de seus créditos desde então. Por isso o fato de a presente execução individual ter sido ajuizada em 11.07.2016 não implica prescrição nem mesmo das parcelas.

A não impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo. A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DETRAN/PE. DEFICIENTE FÍSICO. ALTERAÇÃO DA LEI QUE CONSIDERAVA O CANDIDATO COMO DEFICIENTE, DURANTE O CONCURSO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTES PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. DEFICIÊNCIA FÍSICA RECONHECIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ALTERAÇÃO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Agravo Regimental interposto em 12/02/2016, contra decisão publicada em 02/02/2016.

II. Não merece prosperar o Recurso Especial, quando a peça recursal não refuta determinado fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a sua manutenção, em face da incidência do enunciado da Súmula 283 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"). No caso, a parte recorrente deixou de impugnar o fundamento do acórdão

Superior Tribunal de Justiça

recorrido, no sentido de que "a junta médica do certame em apreço aplicou a literalidade do supracitado Decreto 5296/04, o qual não estava em vigor na data da publicação do edital do certame em questão, entendendo pela desclassificação do candidato ora apelante por considerar que a sua surdez bilateral não se enquadrava na previsão de deficiência auditiva". Incidência da Súmula 283/STF.

III. Ademais, tendo o acórdão recorrido concluído pela existência de perda auditiva bilateral, suficiente a enquadrar o autor como deficiente auditivo, nos termos da lei, aferir a existência da perda auditiva, em Recurso Especial, demandaria o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, providência vedada, em sede de Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

IV. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.504.904/PE, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/4/2016, DJe 19/4/2016 - grifos acrescidos)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. INOCORRÊNCIA. SOFTWARE DE PRATELEIRA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.

2. Conforme entendimento sedimentado na Súmula 283 do STF, não se conhece de recurso especial quando inexistente impugnação específica a fundamento autônomo adotado pelo órgão judicial *a quo*.

3. Por força das Súmulas 282 e 284 do STF, não se conhece de recurso especial quando o dispositivo legal tido por violado, além de não ter correlação com a matéria julgada, não está prequestionado.

4. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7 do STJ).

5. Hipótese em que o Tribunal Regional Federal, com base no acervo probatório, decidiu pela não incidência do IRRF em razão de a parte autora ter adquirido o software comercial "de prateleira", situação que afastaria o pagamento de direitos autorais/*royalties*, não sendo possível o reexame na via do especial.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.641.775/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 4/12/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

